

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS PALMEIRA DAS MISSÕES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO DE
ORGANIZAÇÃO PÚBLICA EM SAÚDE – EaD**

**GESTÃO E PLANEJAMENTO DA ASSISTÊNCIA
FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO BÁSICA**

ARTIGO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Carolina Padilha Vieira Reinehr

**Três de Maio, RS, Brasil
2015**

GESTÃO E PLANEJAMENTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO BÁSICA

Carolina Padilha Vieira Reinehr

Artigo apresentado ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Organização Pública em Saúde EaD, da UFSM, como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão de Organização Pública em Saúde.**

Orientadora: Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco

Três de Maio, RS, Brasil

2015

Universidade Federal de Santa Maria

**Campus Palmeira das Missões
Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Organização
Pública em Saúde – EaD**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Artigo de Pós-graduação**

**GESTÃO E PLANEJAMENTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
NA ATENÇÃO BÁSICA**

Elaborado por

Carolina Padilha Vieira Reinehr

Como requisito parcial, para a obtenção do grau de
Especialista em Gestão Pública em Saúde

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco
(Presidente/Orientadora)

Prof. Dr, Luiz Anildo Anacleto da Silva (UFSM)

Prof. Dr. Rafael Soder (UFSM)

Três de Maio, Novembro de 2015.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
METODOLOGIA.....	8
1.O SETOR FARMACÊUTICO NO BRASIL.....	9
2.AS POLÍTICAS NACIONAIS PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE RELACIONADOS AO USO DE MEDICAMENTOS.....	10
3.A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DA GESTÃO MUNICIPAL....	11
4.O REAL SENTIDO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.....	14
CONCLUSÃO.....	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	21

GESTÃO E PLANEJAMENTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO BÁSICA

MANAGEMENT AND PLANNING OF PHARMACEUTICAL IN PRIMARY CARE ASSISTANCE

Carolina Padilha Vieira Reinehr¹

RESUMO

É um direito protegido pela Constituição Federal e pelas legislações pertinentes que todos os cidadãos brasileiros devem ter acesso à saúde de qualidade, de forma universal e com equidade, sendo que a assistência terapêutica farmacêutica está incluída como campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS). Para garantir esse direito, as três esferas de governo empenham-se no desenvolvimento de políticas públicas, objetivando a melhoria do sistema de saúde, no entanto, ainda ocorrem muitas falhas na execução dos planos de saúde. Para tentar sanar ou minimizar tais divergências do sistema relacionadas ao acesso para a terapia farmacêutica é necessário que ocorra uma estruturação da Assistência Farmacêutica, principalmente no âmbito Municipal. Diante do exposto, o objeto do estudo desta pesquisa é criar subsídios teóricos para sensibilização de gestores e profissionais quanto a importância do desenvolvimento e estruturação da Assistência Farmacêutica das Secretarias Municipais de Saúde, integrando todas as áreas da saúde, viabilizando assim, espaços multidisciplinar deliberativos de construção de ações, prezando primeiramente pela segurança do paciente e pelo uso racional de medicamentos. Tais atitudes irão refletir diretamente no tratamento farmacológico adequado aos pacientes, bem como, aplicação eficiente de verbas públicas, evitando possíveis desperdícios e também desabastecimentos de medicamentos.

Palavras chave: medicamentos, assistência farmacêutica, gestão pública.

¹ Farmacêutica, graduada pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)

ABSTRACT

It is a right protected by the Constitution and the laws in effect that all Brazilian citizens must have access to quality health care, universally and fairly, and the pharmaceutical therapeutic care is included as a playing field of the Unified Health System (SUS). To guarantee this right, the three levels of government engaged in the development of public policies aimed at improving the health system, however, there are still many shortcomings in the implementation of health plans. To try to remedy or minimize such system differences related to access to the drug therapy is required to occur structuring pharmaceutical assistance, mainly in the Municipal levels. Given the above, the this research study object is to create theoretical basis for awareness of managers and professionals about the importance of developing and structuring the Pharmaceutical Services of the Municipal Health Department, integrating all areas of health, thus enabling, deliberative multidisciplinary spaces construction shares, valuing primarily by patient safety and the rational use of medicines. Such attitudes will reflect directly in the pharmacological treatment suitable for patients as well as effective application of public funds, preventing possible waste and also shortages of medicines.

Keywords: medicines, pharmaceutical assistance, public administration.

INTRODUÇÃO

Naturalmente toda Instituição humana, privada ou pública quando criada, objetiva a realização e o sucesso na sua área de atuação, porém este resultado positivo pode variar conforme os objetivos de cada uma delas, entretanto, para que se possa atingir essa realização, independente do objetivo final é necessário levar em consideração alguns fatores fundamentais, Vicente Falconi, afirma que os três fatores fundamentais que levam ao sucesso são: Liderança, Conhecimento Técnico e Método, esta pesquisa será voltada para o terceiro fator, o método, nele é criado e desenvolvido o planejamento da Instituição, é preciso conhecer e dominar o método que será utilizado para que seja possível trilhar os caminhos corretos a serem percorridos, bem como, mudar a direção caso necessário. (FALCONI, 2009).

No âmbito da saúde, o bom planejamento e desenvolvimento das atividades se tornam cruciais para a satisfação, tanto da comunidade que é atendida pelos serviços prestados, como pelo poder público, e pela equipe de profissionais que se dedica a prestar o melhor atendimento possível. Para que isso se torne cada vez mais possível e real, há alguns anos a Organização Mundial da Saúde vem trabalhando para orientar e ajudar os países a criarem sistemas de saúde e Assistência Farmacêutica mais eficientes, em 2001 foi publicada a segunda edição do Programa de Ação de Medicamentos Essenciais, este programa tem caráter mundial e os principais componentes são: seleção de medicamentos essenciais, financiamento, sistema de abastecimento, regulação e garantia de qualidade, uso racional, pesquisa, desenvolvimento de recursos humanos, monitoramento e avaliação. Juntamente com a publicação da segunda edição deste Programa a então Diretora Geral da OMS (Organização Mundial da Saúde) divulgou avanços em muitos países no que se refere ao desenvolvimento de instrumentos de racionalização do uso de medicamentos, onde se inclui: listas de medicamentos essenciais, formulários terapêuticos, protocolos de tratamento, etc, e também no que se refere ao atendimento populacional que teve alguns progressos neste período, porém, a Diretora apresentou ainda a existência de problemas de acesso e uso racional, alguns desses dados são bastante alarmantes pela proporção que representam, como por exemplo, o fato de que 75% dos antibióticos são prescritos

de forma incorreta, além disso, foi registrado por ela também que, um terço de toda a população mundial, precisa de acesso regular aos medicamentos essenciais. Com esses dados globais é possível ter uma noção da importância e da quantidade de pessoas que são atingidas positiva ou negativamente pelos sistemas de distribuição de medicamentos. (MARIN, 2003).

Além de ser um elemento fundamental para a qualidade de vida e para a própria vida das pessoas, o sistema farmacêutico movimenta altas cifras em todo no mundo, porém o Brasil merece atenção especial neste sentido, em 1998 este país representava 39,4% do valor total movimentado naquele ano com medicamentos na América Latina, isso significa que apenas no Brasil em 1998 circulou 9,6 bilhões de dólares em medicamentos. (MARIN, 2003).

Sabendo da necessidade e importância do sistema farmacêutico, esta pesquisa tem como objetivos, apresentar uma síntese do modelo de gestão farmacêutica fornecido pelo Ministério da Saúde direcionada à Secretaria Municipal de Saúde, além de esclarecer a importância e motivar a criação da Comissão de Farmácia e Terapêutica do Município, assim seria possível fazer a reavaliação do programa da REMUME (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais), fazendo a relação correta da demanda de medicamentos essenciais ao município, com isso poder-se-ia reduzir os elevados custos atuais, que muitas vezes são desnecessários e ocorrem por falta de um planejamento adequado, além disso, com a implantação da Comissão será possível fomentar a conscientização das pessoas e dos profissionais em relação ao uso adequado de medicamentos, no que tange a real necessidade de utilização, e também da prescrição correta. O principal objetivo da pesquisa é o fortalecimento e organização do programa de Assistência Farmacêutica do município, que trará benefícios aos cofres públicos com a economia gerada pela gestão correta de medicamentos, e também trará mais qualidade de vida à população que recebe atendimento deste setor.

METODOLOGIA

Com relação ao modelo estrutural e normas técnicas, a pesquisa será desenvolvida com base nas Diretrizes para Estruturação de Farmácias no Âmbito do

Sistema Único de Saúde, fornecido pelo Ministério da Saúde, publicado no ano de 2009 e também na legislação que rege sobre o sistema farmacêutico nacional, para compor o modelo de gestão, a pesquisa buscará embasamento no manual de Assistência Farmacêutica para gerentes municipais, desenvolvido e organizado por uma série de profissionais no ano de 2003, e também em artigos e pesquisas publicadas por outros pesquisadores e profissionais.

Unindo as normas técnicas para o desenvolvimento e organização das farmácias com o modelo de gestão apresentado pelos autores, no final da pesquisa o resultado deverá ser o modelo sintetizado de estruturação direcionado ao sistema municipal que é onde ocorre a execução do programa de assistência farmacêutica, porém, apresentado de uma forma clara e objetiva, que facilitará o entendimento e execução.

1. O SETOR FARMACÊUTICO NO BRASIL

Conforme mencionado anteriormente, o mercado farmacêutico movimenta valores muito altos, e o Brasil especialmente é um país muito atraente do ponto de vista externo, isso por que segundo Bermudez (2000), as indústrias estrangeiras foram responsáveis por 79% das vendas dos medicamentos que circularam em território brasileiro no ano de 1997. (MARIN, 2003).

Além disso, há uma concentração muito grande de vendas e responsabilidade de mercado sobre poucos laboratórios, mesmo que o Brasil tenha muitas empresas laboratoristas manipulando medicamentos, estudos indicam que no período entre 1992 e 1998, 10 laboratórios juntos foram responsáveis pela distribuição de 43,9% de todos os medicamentos manipulados neste período, esses fatores aliados ao alto consumo brasileiro e também às condições de grande estabilidade dos produtos no que diz respeito ao consumo, acabam fazendo com os laboratórios controlem os preços praticados no mercado, conforme citado pelo Ex Ministro José Serra na CPI dos medicamentos, apenas no período entre 1989 e 1999 o preço deles subiu 54% acima do valor da inflação, o motivo foi o aumento do preço médio de venda, já que a rentabilidade do setor ficou a cima dos demais setores da economia nacional. (MARIN, 2003)

Porém, essa disparidade de mercado, não afeta apenas o bolso do consumidor e do poder público que repassa os medicamentos a quem precisa de algum essencial para manter sua qualidade de vida, ou até mesmo sua própria vida, essa situação gera dentre outros problemas o aumento da desigualdade de consumo, que faz com que pessoas menos favorecidas não tenham condições de obter os medicamentos corretos, ou em doses corretas ou ainda nos momentos necessários, por outro lado, a capitalização dos medicamentos gera danos pela falta e pelo excesso, pois se tornou padrão nas farmácias brasileiras a cultura interna de tentar vender o máximo possível, sem se importar com a real necessidade do consumidor, esses fatos fomentam ainda o aumento de outro grave problema, a automedicação e o uso irracional de medicamentos, que gera inúmeros outros problemas, que incluem custos, com internações decorrentes de consumo incorreto causado pela automedicação, prescrição e uso incorretos quando ocorre a falta do medicamento ideal na unidade farmacêutica, dentre outros.

2. AS POLÍTICAS NACIONAIS PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE RELACIONADOS AO USO DE MEDICAMENTOS

Baseado nos motivos apresentados no capítulo anterior e alguns outros foi criada em 1998 a Política Nacional de Medicamentos, com o objetivo de nortear os esforços na solução dos problemas, de acesso geral da população aos medicamentos, qualidade dos medicamentos oferecidos, irracionalidade no uso, desorganização dos serviços farmacêuticos, etc. Mais tarde sentiu-se a necessidade de criar um programa de assistência, portanto, em maio de 2004 foi criada a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, aprovada pela Resolução CNS nº 338 de 06 de maio de 2004, os principais objetivos dessa política são de envolver tanto o setor público quanto o setor privado e nortear a formulação de políticas setoriais, como por exemplo: a política de medicamentos, ciência e tecnologia, desenvolvimento industrial, formação de recursos humanos e várias outras, para que assim seja possível ter um sistema de saúde mais completo e integrado. (BRASIL, 2006).

A responsabilidade pela gestão, financiamento, estruturação e organização dos serviços de assistência, bem como o desenvolvimento e a capacitação dos

recursos humanos, é de responsabilidade dos gestores do SUS (Sistema Único de Saúde), que englobam a União, os Estados e os Municípios. (BRASIL, 2006).

Porém, um dos princípios das diretrizes do SUS proposta na Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, é a descentralização do poder, conseqüentemente da responsabilidade. Isso significa, que a partir de então, a responsabilidade pelas ações de saúde ficam assim divididas entre os três poderes: A União fica responsável basicamente pela formulação das ações que devem ser praticadas, o Estado por sua vez, é responsável pela Coordenação das ações, e cabe, portanto, aos municípios executarem as ações que a União define, e que serão coordenadas pelo Estado.

Dessa forma, a Política Nacional de Assistência Farmacêutica deve ser executada pelos municípios, pois é neles que ocorrem todas as ações práticas de saúde, por que é neles que a população tem acesso aos profissionais e à estrutura física de atendimento, portanto, a interação, não apenas no momento de medicação, mas também de relacionamento social, ocorre dentro dos municípios e esse relacionamento deve ser gerido pelas Secretarias Municipais de Saúde.

3. A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DA GESTÃO MUNICIPAL

Conforme os dados apresentados no início da pesquisa, é possível constatar que os principais problemas que envolvem os medicamentos atualmente, estão associados à falta de planejamento e estrutura administrativa das Secretarias Municipais de Saúde, seja por que elas não atendem à Política Nacional de Assistência Farmacêutica, ou por que apresentam falhas na execução do processo.

O modelo de Assistência Farmacêutica proposto pelo Ministério da Saúde é bastante completo, as principais atividades incluem:

- Planejar, coordenar, executar, acompanhar e avaliar as ações.
- Articular a integração com os serviços, profissionais de saúde, áreas interfaces, coordenação dos programas.
- Elaborar normas e procedimentos técnicos e administrativos.
- Elaborar instrumentos de controle e avaliação.

- Selecionar e estimar necessidade de medicamentos.
- Gerenciar o processo de aquisição de medicamentos.
- Gestão de estoques.
- Distribuir e dispensar medicamentos.
- Manter o cadastro atualizado dos usuários, unidades e profissionais de saúde.
- Organizar e estruturar os serviços de Assistência nos três níveis de atenção a saúde no âmbito local e regional.
- Desenvolver sistema de informação e comunicação.
- Desenvolver a capacitar os recursos humanos.
- Promover o uso racional de medicamentos.
- Elaborar material técnico, educativo e informativo.
- Prestar cooperação técnica.
- Assegurar a qualidade dos produtos, processos e resultados.

É possível perceber pela descrição de atividades proposta, que o trabalho é bastante multidisciplinar, isso significa que o modelo completo de Assistência Farmacêutica precisa envolver outros profissionais além de farmacêuticos, pois para que seja possível atendê-lo plenamente é necessário um planejamento adequado, a definição de metas, capacidade de gestão e o trabalho contínuo em várias áreas da saúde e em todas as fases do atendimento, iniciando pela atenção ao atendimento básico.

O Planejamento da Assistência Farmacêutica deve atender aos seguintes objetivos:

- Possibilitar uma visão ampliada e melhor conhecimento dos problemas internos e externos.
- Evitar o imprevisto e o imediatismo da rotina.
- Comprometer o gerenciamento para objetivos e resultados.
- Proporcionar eficiência, eficácia e efetividade nas ações programadas.

- Possibilitar o controle, o aperfeiçoamento contínuo, a avaliação permanente das ações e resultados alcançados.
- Estabelecer prioridades.

É importante considerar também no momento do planejamento, o fator recurso financeiro, sabe-se que o financiamento da Assistência Farmacêutica é de responsabilidade dos três Gestores do SUS, conforme Portaria GM nº 698/2006, no que tange ao valor que será utilizado é preciso voltar ao início da pesquisa quando foi mencionado a respeito do alto valor comercial do mercado de medicamentos brasileiro, infelizmente, inúmeras vezes, as Secretarias de Saúde são ludibriadas pela indústria farmacêutica que vende produtos desnecessários e com preços elevados, portanto, para comprar apenas o que é realmente necessário é preciso que o gestor ou responsável por este segmento, tenha vasto conhecimento das necessidades da comunidade em que está inserido, e também tenha a REMUME (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais) atualizada com os níveis de consumo corretos bem como a sazonalidade ideal para as compras. Para que isso seja possível o Município deve implantar a Comissão de Farmácia e Terapêutica, a qual se trata de uma equipe multidisciplinar, formada por profissionais de diversas áreas, que inclui: médico, enfermeiro, farmacêutico, nutricionista, psicólogo, gestor e demais profissionais, contemplando assim, o trabalho de várias áreas ligadas à saúde pública do município. Tal Comissão deverá elaborar a REMUME, bem como fazer a reavaliação, monitoramento e atualização periódica de tal instrumento, subsidiando desta forma para com o responsável pela aquisição dos medicamentos e insumos farmacêuticos, prezando e sempre pela farmacoeconomia, evitando assim o desperdício, tanto de medicamentos, como de valores dispendidos dos cofres públicos.

Além disso, para desenvolver um trabalho eficiente e de qualidade, é necessário que as farmácias públicas municipais tenham estrutura física adequada, no que se refere à estrutura física e instalações, deve-se considerar que inúmeros fatores, por exemplo: o espaço deve ser suficiente de acordo com a complexidade das atividades que serão desenvolvidas, manter e atender pessoas com alguma enfermidade em lugares muito pequenos torna o trabalho e o pronto atendimento

mais difíceis, além de gerar tensões no momento do atendimento, que podem causar problemas mais sérios, dependendo do grau de urgência e emergência da situação, além disso, os espaços e os acessos aos espaços de atendimento devem ser bem sinalizados e adequados ao acesso de todos, considerando a praticidade de locomoção e localização de pessoas que estejam passando por alguma situação que dificulte sua movimentação, outro fator muito importante é o cuidado com a limpeza e a higienização dos ambientes, por se tratarem de locais com circulação de pessoas com enfermidades crônicas ou não, e também o acondicionamento de muitos tipos de medicamentos, torna mais fácil a propagação de bactérias, que podem agravar ou criar novos casos.

No que se refere a estrutura administrativa deve-se considerar sempre a organização, por se tratar de um setor que terá um fluxo muito grande de atendimentos, faz-se indispensável a organização, o registro de atividades, bem como é importante a criação de controles e relatórios, que possibilitem que as informações sejam buscadas de forma eficiente e rápido quando necessário, para que isso seja possível, deve ser criado um manual de normas e procedimentos, visando a padronização do serviço, fazendo com que todos os responsáveis estejam sincronizados no desenvolvimento das atividades.

Com relação a estrutura física e administrativa é importante ressaltar que não há um padrão estabelecido, pois cada unidade de atendimento, cada município ou região tem especificidades que devem ser contempladas, existem muitas variáveis que devem ser consideradas no planejamentos desses espaços, como por exemplo: incidência de enfermidades regionais, volume de atendimentos gerais e específicos, equipamentos necessários e disponíveis, efetivo de profissionais, dentre outros, porém, mesmo depois de um planejamento bem feito é interessante que sejam deixados espaços para possíveis ampliações físicas, pois a assistência farmacêutica é um trabalho de melhoria contínua, então, é sempre provável no futuro que novos serviços sejam criados para atender novas modalidades e contemplar uma maior parcela da sociedade. (BRASIL, 2006)

Mas acima de tudo, o fator crucial para o sucesso de um serviço de Assistência Farmacêutica satisfatório e de qualidade é preciso ter uma boa equipe de profissionais, as Secretarias Municipais de Saúde devem manter seus

profissionais motivados, valorizados, além de possibilitar a eles, a atualização técnica dentro de suas funções, também é necessário que o Município tenha a preocupação com o desenvolvimento técnico dos seus serviços, um serviço de qualidade é aquele feito por profissionais de qualidade, e os profissionais de qualidade, são aqueles que são valorizados e que tem condições e incentivo para se desenvolverem pessoal e profissionalmente.

4. O REAL SENTIDO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Não pode-se considerar como completo o trabalho de uma equipe ou um plano de assistência farmacêutica, quando sua atuação está reduzida ao mero trabalho de logística, baseado na aquisição, armazenagem e distribuição de medicamentos, pois o sentido da palavra “assistência” é o de acompanhar, assessorar, ou seja, manter um relacionamento integrado e o fluxo contínuo de informações, traduzindo-as e utilizando-as com objetivo de otimizar os serviços de saúde que são prestados nos municípios.

Em busca da otimização de serviços que são disponibilizados diretamente à comunidade, sabe-se que, quando o assunto refere-se ao cuidado com as pessoas, ninguém melhor do que pessoas para cuidarem umas das outras, nesse sentido é que a Assistência Farmacêutica procura desempenhar o trabalho do profissional farmacêutico com a intensão real de cuidar das pessoas, iniciando no cuidado com a atenção primária à saúde, pois não adianta tratar o problema, sem conhecer e tratar das causas dele, um dos trabalhos mais importantes da Assistência Farmacêutica está associado a atenção primária no tratamento das doenças, é preciso entender o problema e suas origens, para posteriormente tratá-lo e tentar saná-lo definitivamente. Nesse contexto, entende-se que o paciente precisa de um acompanhamento mais próximo, de forma humanizada, com acolhimento, visionando assim, o uso racional de medicamentos, tentando evitar o consumo indiscriminado destas drogas, ou ainda complicações que a automedicação pode ocasionar.

Para que isso ocorra é preciso entender o contexto o qual o paciente está inserido, bem como, fazê-lo entender a necessidade do uso racional do medicamento, as reações adversas que o uso indiscriminado pode provocar, ainda, é necessário que ele entenda um pouco sobre a patologia que lhe acomete. Também é necessária a realização da atenção farmacêutica ou ainda da clínica e/ou consulta farmacêutica, as quais irão interagir diretamente com o usuário, com o objetivo de prestar assistência a este usuário no que se refere à posologia e indicações, assim como reações e interações dos medicamentos.

Segundo Carlos Alberto Pereira Gomes ² (2011), há alguns anos havia grande dúvida, a respeito da necessidade de inserção do farmacêutico no Sistema único de Saúde, pois até então o papel dele era restritamente direcionado ao campo administrativo de medicamentos, segundo ele houve uma ruptura desse modelo antigo, e atualmente este profissional foi inserido no Sistema de Saúde por meio da Assistência Farmacêutica e contribui para a melhoria da promoção da recuperação da saúde, desempenhando na sociedade não apenas o papel de formulação, mas sim de orientação e acompanhamento do uso correto e racional dos medicamentos apropriados. Para a Dra. Rosa Maria Conceição da Silva ³ (2011), as principais atividades que este novo modelo de profissional inserido na Assistência Farmacêutica deverá desempenhar são: o acompanhamento à adesão ao tratamento prescrito, a gestão específica dos casos, mantendo um histórico do paciente em relação ao consumo dos medicamentos, a dispensação especializada, a conciliação de medicamentos quando for necessário, e o que ela considera como o mais importante a conscientização dos pacientes em relação à disciplina e cuidado no uso dos medicamentos.

Diogo Nogueira Oliveira⁴ (2011) afirma que, o paciente não precisa apenas do medicamento, ele precisa de atenção e de um cuidado diferenciado, e que na maioria das vezes o que se oferece a ele é apenas a receita e o medicamento, isso faz com que ele tenha uma adesão muito menor ao tratamento, faz com que esteja mais propenso a abandonar o tratamento, ou ainda a fazê-lo de forma incorreta, segundo ele quando o paciente passa pela Assistência Farmacêutica a chance de o

² Presidente da Fundação Ezequiel Dias de Minas Gerais, Brasil.

³ Médica da Fundação Ezequiel Dias de Minas Gerais, Brasil.

⁴ Dentista do PSF.

tratamento ter sucesso é muito maior, pois ele passa a entender a necessidade do tratamento, a utilidade dele, sem contar que na atenção primária, o foco é o paciente e não o medicamento, não é novidade que muitas pessoas fazem a ingestão de medicamentos desnecessários ou em quantidades desnecessárias, quando é oferecida ao paciente uma orientação adequada, ele passa a consumir menor quantidade de medicamento, ou em doses corretas, conseqüentemente há um aumento da qualidade de vida dele, uma redução de custos ao poder público no que tange a compra de medicamentos, e a médio prazo reduz-se o custo com as internações e com a manutenção delas. Portanto, a Política de Assistência Farmacêutica, é muito importante aos municípios, pois melhora os índices de qualidade de vida da população, gera economia aos cofres públicos, e mantém a equipe preparada para o pronto atendimento.

5. DISCUSSÕES

O fomento a estruturação da Assistência Farmacêutica está diretamente relacionado à sensibilização dos gestores em compreender a economicidade e a qualidade de atendimento aos usuários no que se refere à segurança do paciente, uso racional dos medicamentos e conseqüentemente adesão e sucesso terapêutico.

Mesmo alguns indicadores relacionados a essas metas somente demonstrarem resultados em longo prazo, mudanças simples e pequenos investimentos podem resultar em grande impacto orçamentário. Exemplo disso é disponibilizar à Assistência Farmacêutica um número adequado de profissionais, treinados e qualificados rotineiramente que possam criar vínculo com a população.

O número adequado de farmacêuticos permite que o serviço seja organizado de forma que os processos de aquisição e programação dos medicamentos possam ser qualificados, baseados em métodos que realmente permitam precisão no quantitativo a ser comprado e transparência em relação ao processo legal de licitações. Como resultado haverá equilíbrio nos estoques de medicamentos impedindo que haja rupturas e vencimentos.

Já a estrutura física adequada, permite que os medicamentos sejam armazenados adequadamente garantindo a estabilidade físico-química, impedindo perdas por degradação. A estrutura também influencia em garantir a segurança de

uma dispensação adequada, uma vez que a organização, disposição dos medicamentos e higiene é essencial.

O espaço de atendimento ao usuário também deve permitir a individualidade no momento da dispensação permitindo que eventuais dúvidas pessoais possam ser sanadas, otimizando o tratamento e permitindo uma orientação correta. Ações fundamentais para o sucesso ou não do tratamento afinal esse é o último momento que provavelmente o usuário estará em contato com um profissional da saúde e é no momento da dispensação em que questões simples que deixaram de ser tratadas no consultório poderão ser esclarecidas.

O número adequado de farmacêutico atuando na Atenção Básica também possibilitará que atendimentos individuais, em consultas de atenção farmacêutica, possam auxiliar, acompanhar e monitorar pacientes polimedicados, portadores de mais de uma patologia crônica em que a principal dificuldade e causa da avanço das doenças seja a adesão inadequada aos tratamentos farmacológicos e não farmacológicos. Os simples e ao mesmo tempo complexos atendimentos realizados por esses profissionais podem contribuir para evitar a progressão das doenças para complicações onerosas ao sistema como retinopatias, nefropatias, cardiopatias, entre outras.

Além disso, os farmacêuticos têm muito a contribuir na promoção da educação em saúde, problematizando nos grupos de saúde assuntos relacionados aos medicamentos, bem como, nas visitas domiciliares e ainda participando de ações em escolas e na comunidade em geral esclarecendo inclusive questões importantes quanto aos descartes desses produtos.

Investir na Assistência Farmacêutica exige compreender que essa política é interdisciplinar e de caráter transversal, ou seja, demanda sensibilização de toda a equipe multiprofissional a essa causa.

Resgatando o ciclo da Assistência Farmacêutica, talvez um dos momentos mais importantes de atuação dessa equipe seja na seleção dos medicamentos, pois quando o processo envolve uma comissão em que representantes dos profissionais prescritores do município estejam envolvidos (médicos, enfermeiros, nutricionistas, farmacêuticos, dentistas, psicólogos) provavelmente resultará em uma padronização de medicamentos adequada, ou seja, oferecendo o melhor representante de uma

classe terapêutica que será seguro, eficaz e econômico conforme o consenso dos prescritores, o que provavelmente contribuirá para uma prescrição racional.

Nesse sentido o apoio e o fomento para que essas reuniões técnicas ocorram, dependem da compreensão e vontade dos gestores em estimular a qualificação da Relação Municipal de Medicamentos, objetivando sempre o uso racional e a farmacoeconomia.

Por outro lado, a informatização de toda a Assistência Farmacêutica, desde os registros de controle de estoque, cadastro de usuários, prescrições e dispensações permitem que a programação seja qualificada e que as compras possam migrar de um processo empírico de cálculos a um processo científico que considere sazonalidades, características epidemiológicas, média mensal de consumo.

A aquisição também requer a interdisciplinaridade e em especial a intersetorialidade, cuja comissão de compras de medicamentos possa envolver profissionais da saúde, em especial o farmacêutico, a assessoria jurídica, para elaboração de editais seguros, o setor financeiro, por conta da utilização dos recursos e o setor de compras, cujos pregoeiros e demais responsáveis pelas compras possam interagir com o farmacêutico no que se refere aos aspectos técnicos dos medicamentos, afinal de contas, a compra desses insumos exigem seguir padrões técnicos e legais.

Portanto, garantir ao município uma assistência farmacêutica adequada requer investir em todas as etapas do ciclo da Assistência Farmacêutica desde a seleção, programação, aquisição, armazenamento, prescrição e dispensação dos medicamentos. Exige a interação de todos os profissionais envolvidos nesse processo desde o farmacêutico, ao médico, ao Agente Comunitário de Saúde que, quando capacitado, pode observar o acondicionamento, descarte e cuidados com uso dos medicamentos no domicílio dos pacientes.

Investir em cada etapa desse processo certamente resultará no uso racional de medicamentos, economia em todas as etapas envolvidas e conseqüentemente satisfação da população.

CONCLUSÃO

Baseado no que foi exposto na pesquisa, conclui-se que, a demanda crescente por medicamentos e a defasagem administrativa de muitos sistemas públicos de saúde, tornam indispensáveis atitudes urgentes que visem à manutenção e recuperação dos planos de ações das Secretarias Municipais de Saúde relacionados a Assistência Farmacêutica. Para que isso ocorra, como enfatizado no texto, deverá ocorrer a implantação da Comissão de Farmácia e Terapêutica junto ao município, a qual fará o acompanhamento e avaliação da demanda de medicamentos essenciais, mantendo a REMUME atualizada, evitando possíveis gastos desnecessários, assim como, rupturas no abastecimento. Além disso, com o trabalho direto e intensivo de uma equipe preparada e qualificada possibilitará a conscientização dos usuários dos sistemas de distribuição de medicamentos relacionados ao uso irracional de medicamentos, que acabam onerando os cofres públicos, fazendo com que as Secretarias de Saúde, gastem mais tempo reparando problemas do que criando solução, aliás, essa é a premissa do planejamento, antever as problemáticas, para que se possa pensar com antecedência nas soluções.

Sabe-se porém, que não é simples implementar um programa de assistência farmacêutica, mas as Secretarias Municipais de Saúde devem ter a consciência de quando se tem um bom planejamento com objetivos claros e definidos é possível traçar planos de ação capazes de sanar aos problemas graves, também é notável, que a excelência de uma equipe não acontece na teoria, é preciso praticar, planejar, executar, analisar os feedbacks do trabalho, e começar tudo de novo, planejar corrigindo os erros do primeiro planejamento, executar corrigindo as falhas da primeira prática, obter o resultado do trabalho, e novamente, evoluindo cada vez mais, planejar e construir um sistema sólido e invulnerável. Mas, para que tudo isso seja possível o primeiro passo é justamente, dar o primeiro passo.

Em relação à necessidade e importância da implementação de um programa de assistência farmacêutica, não há dúvidas, porém é necessário ter a consciência de que os resultados deverão começar a surgir a curto-médio prazo (cerca de 2 anos), além dos motivos já apresentados que justificam a necessidade dessas

soluções para o sistema de saúde municipal, um dado interessante que é diretamente relacionado a este setor, é a tendência mundial do aumento da população, segundo a ONU (Organização Mundial das Nações Unidas), em 2013 haviam 7,2 bilhões de pessoas no mundo, e segundo uma projeção divulgada por ela mesma esse número deverá ser de 9,6 bilhões em 2050 um aumento de aproximadamente 34% em 37 anos, é lógico que todas essas pessoas em algum momento de suas vidas precisaram de algum tipo de medicamento ou de algum serviço de saúde, sendo assim, considera-se que o sistema atual superlotado, tende a ter seu quadro agravado, esse é mais um desafio para os gestores do SUS, por isso a necessidade de antecipar as ações, para que seja possível desenvolver sistemas capazes de atender a demanda tanto atual quanto futura. Deve-se levar em consideração que a superlotação dos sistemas de saúde, não se devem especificamente ao aumento populacional, mas também, a falta de orientação no uso de medicamentos, falta de acompanhamento e de conscientização tanto por parte da comunidade como por parte das próprias equipes de saúde acabam negligenciando cuidados, seja por falta de conhecimento, de planejamento, de tempo disponível para atendimento e outros, por isso, é necessário repensar a atuação não apenas do profissional farmacêutico mas também do setor de farmácia como um todo, que deve deixar de ser um auxiliar para incorporar a equipe na linha de frente de atendimento, juntamente com enfermeiros, médicos, nutricionistas, psicólogos e outros de acesso direto à população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil- b. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 100 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

Brasil- b. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Diretrizes para estruturação de farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos – 1. ed. Brasília : Ministério da Saúde, 2009, 44p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Nº 1.555, de 30 de julho de 2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Nº 1.554, de 30 de julho de 2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Nº 980, de 27 de Maio de 2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Nº 271, de 27 de fevereiro de 2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Nº 1.215, de 13 de junho de 2012.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei Complementar Nº 141, de janeiro de 2012.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto Nº 7.508 de 28 de junho de 2011.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Nº 4.279 de 30 de dezembro de 2010.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Nº 204/GM de 29 de janeiro de 2007.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução Nº 338 de 06 de maio de 2004.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

FALCONI, Vicente. O verdadeiro poder. Nova linha: INDG Tecnologia e Serviços Ltda, 2009. 158p.: il.

MARIN, N.; LUIZA, V.L.; CASTRO, C.G.S.O.; SANTOS, S.M. Assistência Farmacêutica para gerentes municipais. Rio de Janeiro: OPAS/OMS, 2003. 334p.

ESTADO, Agência. Estadão Internacional, São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,onu-populacao-mundial-e-de-7-2-bilhoes-de-pessoas,1042156>. Acesso em: 19 de novembro de 2015.